

## PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS

Jéssica Priscila Neres Carvalho (1); Bruna de Oliveira de Abreu (2); Paulo Henrique Meira Duarte (3); Laura de Sousa Gomes Veloso (4); Jairo Domingos de Moraes (5).

- (1) Graduanda do curso de Fisioterapia pela Faculdade Uninassau de João Pessoa, [jncfisio@gmail.com](mailto:jncfisio@gmail.com);
- (2) Fisioterapeuta, Residente no curso de Pós-graduação em Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade pela Faculdade de Ciências Médica da Paraíba, [fisiobrunaabreu@gmail.com](mailto:fisiobrunaabreu@gmail.com);
- (3) Fisioterapeuta, Pós-graduando no curso de Especialização de Fisioterapia em Traumatologia e Desportiva pelo Centro Universitário de João Pessoa, [paulohenriquemd@hotmail.com](mailto:paulohenriquemd@hotmail.com);
- (4) Doutorando e Mestre em Enfermagem/Universidade Federal da Paraíba, [laurasgveloso@hotmail.com](mailto:laurasgveloso@hotmail.com);
- (5) Fisioterapeuta, Mestre e Doutorando pelo programa de Pós-graduação em Modelos de Decisão em Saúde e docente do curso de Fisioterapia pela Faculdade Uninassau de João Pessoa, [jairodmfisio@hotmail.com](mailto:jairodmfisio@hotmail.com)

**Resumo:** **Introdução:** As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) são um conjunto de terapias as quais visam à promoção, prevenção e cura ao indivíduo como todo, e não de forma isolada. As PICs pausadamente estão se tornando presente na rede pública de saúde e o seu uso no Sistema Único de Saúde merece uma atenção minuciosa, especialmente quando mencionamos a sua implementação na política nacional. Esse avanço pode ser entendido como expressão de um movimento que se identifica com novos modos de aprender e praticar a saúde. **Objetivo:** Estudar e compreender as Práticas Integrativas e Complementares e sua implementação no Sistema de Saúde. **Metodologia:** Foi realizado uma revisão bibliográfica sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, PICs e sua implementação no SUS. **Resultado:** Foi observado que tais práticas, afirmam que podem ser consideradas como estratégias de revitalização do sistema de saúde e de mudança no padrão medicalizante do cuidado e da promoção da saúde. No entanto, evidencia-se que sua implementação ainda possui alguns obstáculos, como: formação dos profissionais em PIC, consolidação de estratégias terapêuticas e promotoras que influenciam o cuidado, a qual expressa uma restrição para implementação e monitoramento dos objetivos e resultados. **Conclusão:** Assim, acredita-se que se o reconhecimento e o apoio as PIC, estimula um novo campo de pesquisa científica e a inserção no SUS. Desta forma possa contribuir para que tais práticas tornem-se mais respeitadas e conhecidas, menos elitizadas e mais disponíveis para toda a população brasileira, fortalecendo os princípios do SUS.

**Palavras-chave:** Saúde Coletiva, Saúde Pública, SUS, Terapias complementares.

## INTRODUÇÃO

O reconhecimento e a fundação das práticas complementares no Brasil tiveram início em 1980, após a descentralização, participação popular e crescimento da autonomia, promovidos pelo SUS. Entretanto, um marco no processo para construção das Políticas Nacional foi à produção do diagnóstico nacional da oferta de práticas complementares no SUS (SOUSA et al., 2012).

A proposta para a construção Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS deu se início a partir das recomendações de várias Conferências Nacionais de Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS) em atendimento as

(83) 3322.3222

[contato@conbracis.com.br](mailto:contato@conbracis.com.br)

[www.conbracis.com.br](http://www.conbracis.com.br)

diretrizes. Sendo consolidada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, publicada na forma de Portarias Ministeriais nº971 em 03 de maio de 2006, e nº 1.600, de 17 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

A PNPIC tem como objetivo para o SUS a prevenção de agravos e a promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde; a contribuição ao aumento da resolubilidade e a ampliação do acesso. Com relação às diretrizes, foram nomeadas onze principais, com intuito de conceituar as estratégias de inserção, gestão e avaliação das práticas complementares no SUS (BARROS; SIEGEL; SIMONI, 2007).

A PNPIC é um sistema cujas racionalidades consideram a visão integral do ser humano, do processo saúde-doença, a promoção global do cuidado humano e o autocuidado, de abordagens estimuladoras dos mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio da integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade (SCHVEITZER E ZOBOLI, 2012).

Desencadeando assim programas, ações e projetos, no âmbito governamental, para uma criação de vínculo das práticas complementares, acarretando ao SUS o que antes era exclusivo aos usuários da rede privada ou conveniada de saúde, objetivando a revitalização do sistema de saúde. Ou seja, o uso dessas práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde merece uma atenção minuciosa, especialmente quando mencionamos a sua implantação na política nacional, ainda mais agora que estamos vivenciando a era digital, onde nossa sociedade tem incorporado recursos tecnológicos cada vez mais requintados e custosos. Nesse contexto, o que justifica a luta pela implementação e expansão das práticas integrativas?

## **METODOLOGIA**

Realizou-se uma revisão bibliográfica por permitir analisar publicações científicas em periódicos, livros, anais, revistas científicas entre outros, podendo extrair deles a melhor evidência científica, a fim de possibilitar uma evidência correta.

A busca foi realizada nas bases científicas: BVS, SCIELO. As referências dos artigos selecionados nessa revisão serviram de fonte para novas discussões. Para coleta de dados foram utilizados artigos científicos em português e inglês publicados entre os anos de 2002 a 2018. Utilizando às terminologias comuns em

português. As palavras-chave utilizadas na busca foram: Saúde Coletiva, Saúde Pública, SUS, Terapias complementares. Práticas Integrativas e Complementares, Políticas Nacional de Práticas Integrativas e complementares e Interdisciplinaridade.

Os critérios de inclusão para a pesquisa foram estudos sobre Políticas Nacionais de Práticas Integrativas e complementares. Utilizaram-se autores das áreas de PICs e material da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Ministério da Saúde. Foram excluídas informações de sites que não eram considerados de caráter científico.

Logo em seguida, buscou-se estudar e compreender sobre a implementação e expansão das práticas integrativas e complementares.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a construção do presente estudo, foram lidos 20 (vinte) artigos, destes, apenas 5 (cinco) relatavam a relação da implementação das práticas integrativas e complementares no sistema de saúde, a compreensão dos funcionários e os seus desafios para sua implementação.

De forma sucinta, os achados encontrados com relação ao objetivo da pesquisa estão descritos no Quadro 1:

**Quadro 1:** Artigos relacionados a implementação das PICs no SUS.

AUTOR (ANO)	TÍTULO	METODOLÓGIA	RESULTADOS
SANTOS e TESSER, 2012.	Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde	Pesquisa-ação	O método apresentado facilita o desenvolvimento de ações sólidas e sustentáveis, fomentando a gestão participativa, a construção da integralidade e a ampliação responsável e cuidadosa das práticas e saberes no cuidado, além de propiciar o registro de experiências, contribuindo para a implantação das PIC na APS.
SOUSA et al., 2012	Práticas integrativas e complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados	Pesquisa de Campo	Identificar um descompasso entre o que se registra nos sistemas de informação e o que é praticado nos municípios. Esse descompasso pode ser devido, em grande parte, à indefinição do escopo do que se compreende como práticas complementares e integrativas dentro da Política Nacional; o que significa uma grande limitação para sua mensuração e avaliação.

(83) 3322.3222

contato@conbracis.com.br

www.conbracis.com.br

AZEVEDO E PELICIONI, 2012.	Práticas Integrativas e Complementares de Desafio para a Educação	Revisão sistêmica	<p>Concluiu que estimulando um novo campo de pesquisa científica e a inserção no SUS de outras terapias e profissionais, além dos já incluídos atualmente. É possível que dessa forma as PICs se tornem mais conhecidas e praticadas pelos profissionais do SUS, em especial os profissionais da Atenção Básica, e que o campo de atuação dos especialistas em algumas PICs ou racionalidades médicas no SUS se amplie e se fortaleça.</p> <p>Esta é uma forma de contribuir para que tais práticas tornem-se mais respeitadas e conhecidas, menos elitizadas e mais disponíveis para toda a população brasileira, fortalecendo os princípios do SUS e beneficiando toda a sociedade.</p>
RODRIGUES et al., 2011	Práticas Integrativas e Complementares no SUS	Relatório de Gestão	<p>Afirmou que são desafios para implementação da Política Nacional, a formação e qualificação de profissionais em número adequado para atuarem no SUS; monitoramento e avaliação dos serviços, considerando as diretrizes gerais da política, a institucionalização da avaliação da Atenção Básica, as especificidades de cada componente e os níveis do sistema; fornecimento dos insumos (medicamento homeopático/fitoterápicos/Agulhas para MTC - Acupuntura); a estruturação dos serviços na rede pública; o desenvolvimento / adequação de legislação específica para os serviços no SUS e o investimento em P&amp;D para desenvolvimento de processos e produtos.</p>
TESSER, 2009.	Práticas complementares, racionalidades médicas e promoção da saúde: contribuições poucos exploradas	Revisão de Sistêmica	<p>São apontadas a relevância dessas contribuições pouco exploradas e dificuldades e diretrizes para sua viabilização no Brasil, relacionadas às suas conformações não científicas e pouco institucionalizadas e sua progressiva mercantilização.</p>

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) todas as terapias devidamente regulamentadas e inseridas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares

do Ministério da Saúde (PNPIC), desenvolvidas por meio de ações integradas de caráter interdisciplinar, Aprovada pela Portaria 971 do Ministério da Saúde em maio de 2006 (JUNIOR, 2016).

Segundo Patrik Paul (2013) as Práticas integrativas e complementares em saúde, é uma estratégia que enfatizar a importância da subjetividade nas práticas e nos cuidados médicos, afirmando ser a pluralidade disciplinar o caminho para uma nova visão, visão esta mais ampla e global do ser humano, um ser total, em corpo, alma e mente.

No estudo apresentado por NAGAI e QUEIROZ (2011), realizado em São Paulo evidenciaram as relações sociais de profissionais da área da saúde sobre a introdução de práticas médicas complementares e alternativas na rede básica de saúde, tendo como finalidade de analisar os obstáculos, as condições e os problemas na implementação dessas práticas nos serviços de saúde. O resultado demonstrou que o sucesso desta inclusão ocorreu pelo apoio e solicitação deste tipo de serviço pela clientela, onde as visões dos profissionais de saúde mostram uma abertura para este tipo de projeto e pretendem valorizar e ampliar a sua prática, dando de encontro e em sintonia com a proposta de saúde visada pela doutrina do Sistema Único de Saúde (SUS).

Outro estudo, dessa vez uma pesquisa-ação feita na unidade federativa de Santa Catarina, relatou que apesar de a incorporação das PIC no SUS ser um desafio, o uso de um método derivado das análises de experiências municipais facilita o desenvolvimento de ações sólidas e sustentáveis, em relação à construção da integralidade e a ampliação responsável das práticas e saberes no cuidado, assegurando o registro de experiências e cooperando para a implementação das Práticas Integrativas na Atenção Básica (SANTOS e TESSER, 2012).

Alguns estudos relatam que a oferta das práticas integrativas e complementares no SUS pode contribuir com as estratégias que a OMS tem desenvolvido para a expansão das PICs. Vale ressaltar também que a maioria dos estudos que discutem as Medicinas Tradicional/Complementar e Alternativa reflete pouco acerca da sua oferta nos sistemas de saúde, geralmente debatem mais seu uso pela população, o que tornam as PICs essencial para mudança no sistema de saúde (MCFARLAND et al., 2002; FLAHERTY e TAKAHASHI, 2002; THOMPSON e GENE, 2005; ÁLVAREZ e LUZ, 2005).

Rodrigues et al (2011) afirmou em seu relatório de gestão que os desafios para implementação da Política Nacional, vai desde a formação e qualificação de profissionais em número adequado para atuarem no SUS até a estruturação dos serviços na rede pública.

Já para Tesser (2009), é inegável e benéfica à aproximação das práticas integrativas e complementares à política de promoção da saúde. No entanto, a permanência da imprecisão conceitual reflete em seu registro, mostrando a fragilidade na institucionalização dessas práticas e, em consequência sua implementação no sistema de saúde.

Sousa et al (2012), mencionam em seu estudo que a uma das maiores dificuldades para expansão da oferta de práticas integrativas e complementares no SUS diz respeito ao pouco investimento em formação profissional nas instituições de ensino e o explícito interesse das categorias profissionais em tornar cada prática integrativa e complementar uma especialidade, gerando um crescimento na forma de cuidar, com uma vasta diversidade de práticas.

Azevedo e Pelicioni (2011) em seu estudo feito com profissionais que atuavam no Sistema Único de Saúde (SUS), afirmou que as práticas podem ser consideradas porta de mudanças na forma de promoção e prevenção de saúde, agindo como estratégia de revitalização do SUS. Porém, há despreparo com relação a formação dos profissionais em PICs.

## **CONCLUSÃO**

É notório o potencial que as Práticas Integrativas e Complementares possuem em relação ao SUS, estimulando mudanças na saúde coletiva. Entretanto, evidencia-se que sua implementação ainda possui alguns obstáculos, como: formação dos profissionais em PIC, consolidação de estratégias terapêuticas e promotoras que influenciam o cuidado, a qual expressa uma grande restrição para implementação e monitoramento dos objetivos e resultados.

As práticas apresentam o desejo de mostrar que é possível implementar outras práticas de saúde. As quais movem as pessoas envolvidas no projeto a participar ativamente no processo capaz de mostrar que são possíveis outras formas de aprender, cuidar e praticar saúde, de si e dos outros.

Também observamos que se o reconhecimento e o apoio as PIC, estimula um novo campo de pesquisa científica e a inserção no SUS. Seja de novos profissionais, de outras terapias e até mesmo novas estratégias, facilitando o desenvolvimento de ações sustentáveis e a construção da integralidade e ampliação responsável e cuidadosa das práticas e saberes no cuidado, contribuindo para implementação das PIC.

Acredita-se que esse processo é uma forma de contribuir para que tais práticas tornem-se mais respeitadas e conhecidas, menos elitizadas e

mais disponíveis para toda a população brasileira, fortalecendo os princípios do SUS e beneficiando toda a sociedade.

## REFERENCIAS

ALVAREZ C, Luz Stella. El uso de medicina alternativa y medicina tradicional en Medellín, 2005. **Rev. Fac. Nac. Salud Pública**, Medellín , v. 25, n. 2, p. 100-109, July 2007

. Available from <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0120-386X2007000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2007000200012&lng=en&nrm=iso)>. access on 01 May 2018.

AZEVEDO E, PELICIONI MCF. Práticas Integrativas e Complementares de desafios para Educação. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 3, p. 361-378, nov.2011/fev.2012.

BARROS, Nelson Filice de; SIEGEL, Pâmela; SIMONI, Carmen De. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: passos para o pluralismo na saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 12, p. 3066-3067, Dec. 2007 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2007001200030&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001200030&lng=en&nrm=iso)>. access

on 02 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001200030>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Informe da Atenção Básica. Ano IX, n. 53, jul./ago. 2009b.

Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/informes/psfinfo53.pdf>>.

Acesso em 02 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, 2006. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2006a. Disponível em:

<<http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/pnpic.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Residência Multiprofissional em Saúde: experiências, avanços e desafios*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b. Disponível em:

<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/residencia\\_multiprofissional.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/residencia_multiprofissional.pdf)>. Acesso em: 04 de maio de 2018.

FLAHERTY JH, TAKAHASHI R. The use of complementary and alternative medical therapies among older persons around the world. **Clin Geriatr Med** 2004; 20:179-200.

MCFARLAND B, BIEGELOW D, ZANI B, NEWSON J, KAPLAN M. Complementary and alternative medicine use in Canada and the United States. **Am J Public Health** 2002;

10:1616-8.

NAGAI, Silvana Cappelletti; QUEIROZ, Marcos de Souza. Medicina complementar e alternativa na rede básica de serviços de saúde: uma aproximação qualitativa. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 3, p. 1793-1800, Mar. 2011 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000300015&lng=en&nrm=iso)>. access

on 02 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000300015>.

PAUL, P. Saúde e transdisciplinaridade. São Paulo: Edusp, 2013.

RODRIGUES, et al., **Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Relatório de gestão 2006/2010 apresentado ao Departamento de Atenção Básica/SAS/MS. Brasília, DF. 2011.

SANTOS, Melissa Costa; TESSER, Charles Dalcanale. Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 11, p. 3011-3024, Nov. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012001100018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001100018&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012001100018>.

SCHVEITZER MC, ESPER MV, SILVA MJP. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária em Saúde: em busca da humanização do cuidado. **O Mundo da Saúde**. 2012; 36(3):442-51.

SOUSA, Islândia Maria Carvalho de et al . Práticas integrativas e complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 11, p. 2143-2154, Nov. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2012001100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012001100014&lng=en&nrm=iso)>. access on 13 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012001100014>.

TELESI JUNIOR, Emílio. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estud. av.**, São Paulo , v. 30, n. 86, p. 99-112, Apr. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142016000100099&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100099&lng=en&nrm=iso)>. access on 13 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100007>

TESSER, Charles Dalcanale. Práticas complementares, racionalidades médicas e promoção da saúde: contribuições poucos exploradas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 8, p. 1732-1742, Aug. 2009 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2009000800009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000800009&lng=en&nrm=iso)>. access on 18 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000800009>. THOMPSON T, GENE F. Complementary therapies and the NHS. *BMJ* 2005; 331:856-7.